

SESSÕES DO PLENÁRIO

16ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as matérias lidas anteriormente no requerimento assinado pelos Srs Deputados. Trata-se do Requerimento de Urgência nº 8.235/2014 para o projeto de lei nº 20.975/2014 e o projeto de lei nº 21.010/2014 de autoria do Poder Executivo.

Não há Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Grande Expediente. (Orador inscrito)

Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PSL/PT

para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Gaban:- Utilizarei todo tempo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, incomoda-me a atitude do PT em achar que está acima da lei e da justiça, acima do que determina a Constituição do Estado e acima do que determina a Constituição Federal, a Carta Magna do nosso País.

Falo isso porque, na semana passada, quando apresentaram o regime de urgência deste projeto de lei – digo inconstitucional – que aumenta a alíquota do ICMS sobre o combustível, mostrei seis, meia dúzia, decisões proferidas por ministros diferentes. Foram seis pareceres emitidos por ministros. Dois casos são referentes a São Paulo; os demais, referentes ao Paraná, ao Rio Grande do Sul e a Pernambuco. Isso mostra ser inconstitucional aumentar a alíquota do ICMS de combustível para a construção de um fundo, como pretende este projeto.

O governo acha que está acima, mas não vão implementar isso na Bahia. Eles não vão aumentar o preço final do combustível neste Estado. Não é com irresponsabilidade que se faz isso ao se achar acima da lei. Acreditam, talvez, que o Tribunal de Justiça continua sendo um órgão anexo ao Executivo. Creio que não é mais, repito, não é mais. Não podem insistir neste absurdo! Como dizia Mangabeira, “se houver absurdo, na Bahia tem precedente”. Tal aumento de alíquota extrapola a racionalidade.

Quem está falando não sou eu. Eu pesquisei. Peguei os seis pareceres. Já há jurisprudência da mais alta corte no País. Já está pronta a ação que vou entrar. O governo acha que o Tribunal de Justiça vai desrespeitar a decisão do Supremo. Essa coisa não pode acontecer, porque já há jurisprudência! Obviamente, vou recorrer ao Supremo. Já há decisão tomada.

É irracional o que estão fazendo! Açam que o PT do Mensalão e PT do Lava Jato são o PT da impunidade. Mas não desrespeitarão a Constituição do nosso Estado!

Há, aqui, o parecer emitido. Há parecer emitido pelo ministro Ayres Britto com relação a um projeto idêntico apresentado pelo Estado de São Paulo. Há o caso do Rio Grande do Sul acerca do mesmo processo que não foi aceito no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Marco Aurélio ao dar o seu parecer. No caso de Pernambuco, tem o processo do ministro Sydney Sanches que, também, considerou inconstitucional tal medida. Eu tenho o parecer do ministro Celso de Mello. No caso do Paraná, tenho o parecer o ministro Moreira Alves. Há outro caso do estado de São Paulo.

Todos as decisões foram pela inconstitucionalidade deste projeto de aumento de alíquota do ICMS para constituir um fundo! Todos esses pareceres, emitidos pelos ministros, foram acompanhados por unanimidade de seus pares no Supremo Tribunal

Federal.

O governo submete a sua Bancada, que jurou respeitar a Constituição vigente em nosso País e em nosso Estado, a votar uma lei inconstitucional! Quebra-se, assim, o juramento que os deputados fizeram ao assumir o mandato, pois o deputado é obrigado a jurar o respeito à Constituição.

Estou, apenas, apresentando pareceres. Se isso já não bastasse – e isso já basta –, porque a decisão já foi proferida por várias vezes, repito, por 6 vezes, pelo Supremo Tribunal Federal.

Nosso advogado descobriu mais uma inconstitucionalidade.

(Lê) *“É flagrantemente inconstitucional o aumento de alíquota do ICMS para as operações de comércio de gasolina, porquanto agride frontalmente o princípio constitucional da seletividade, que significa a possibilidade de fixar gradações de alíquotas de acordo com a essencialidade do serviço ou mercadoria...”*

De acordo com o disposto no art. 155, § 2º, III da Constituição Federal, aos Estados Federativos lhes foi dada a opção de atribuir ou não o caráter de seletividade ao ICMS.

O Estado da Bahia optou por adotar aquele princípio, conforme disposto no art. 2º, § 3º da Lei nº 7.014/96, que assim fixou:

Art. 2º

(...)

§ 3º – O ICMS será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Assim, no âmbito do art. 16 da Lei nº 7.014/96, o Estado da Bahia fixou que para as operações com mercadorias que compõem a cesta básica, tais como feijão, arroz, café, farinha, etc, incidirá alíquota no patamar de 7% (Inc. I, a). Enquanto, por outro lado, para mercadorias tidas como de menor essencialidade, tal como cigarro, bebidas, embarcações de recreio, joias, etc, a alíquota será de 25%. (inc. II e alíneas).

No entanto, considerando este quadro legal, a pretensão de aumento da alíquota sobre gasolina de 25% para 28% agride frontalmente o princípio constitucional da seletividade, pois passa a tributar a gasolina com alíquota maior que a de bebidas, joias, aeroplanos, por exemplo.

Portanto, salta aos olhos a inconstitucionalidade do proposto aumento de alíquota do ICMS, não havendo outra postura senão reconhecer a nulidade dos dispositivos do projeto de lei que tratam sobre este assunto.”

Enfim, o governo está querendo tratar o combustível, um elemento essencial para toda a população do nosso Estado, como trata a alíquota de um brilhante ou de uma bebida alcoólica. Por isso é inconstitucional.

A Constituição do Estado da Bahia optou – está lá escrito – pela seletividade. Então não se pode ter o aumento de uma alíquota sobre um produto que já está no limite, pois ultrapassará, inclusive, o limite da alíquota de brilhante ou de joias preciosas, o que é uma futilidade. Não é um bem de consumo e não é bem necessário para a população do nosso Estado.

Eu não estou aqui nem falando do aumento que terá para todos nós no Detran. Todo mundo terá aumento de taxas de, até, 423%! Haverá aumentos em todas as taxas administrativas através da Saeb. Já tivemos aumento do poder de vigilância na Secretaria da Saúde do nosso Estado.

Além desses dados que falei do Detran e da própria Secretaria de Saúde do nosso Estado, agora, também, na Secretaria de Administração ainda optam por penalizar toda a população mais uma vez, de maneira inconstitucional.

Existem seis decisões unânimes do Supremo Tribunal Federal. Será o quê? Impor à bancada que desrespeite a Constituição do Estado duas vezes. Uma pela seletividade, pois não pode comparar combustível com joia preciosa nem bebida alcóolica; segundo, por decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal.

Cabe a cada um de V.Ex^{as} optar por abanar a cabeça e desrespeitar o juramento que fizeram ao assumir este mandato. Uma coisa, garanto, não vão implantar porque vamos derrubar na Justiça essa imoralidade do PT da Bahia, que acha que está acima de tudo e de todos, está acima da Justiça.

Participei, hoje, como já disse, de um movimento do Ministério Público. Até o Ministério Público querem desmontar no Estado da Bahia. O grupo de combate à corrupção sofre uma tentativa de ser desmanchado, desmantelado por uma ação, uma portaria do chefe do Ministério Público. Por isso a manifestação dos servidores do Ministério Público na tarde de hoje, às 14h, na qual estive presente representando a oposição desta Casa.

Na hora em que a população brasileira, de maneira geral, quer o fortalecimento das instituições de controle, de fiscalização, aqui na Bahia tem um precedente idêntico. Como diria Mangabeira, pense num absurdo, na Bahia tem precedente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Um péssimo precedente, Sr. Presidente, e o procurador vai ter de voltar atrás. Errou, vai ter de voltar atrás porque, se for necessário, também vamos acionar, como disse hoje, o Conselho Nacional dos Procuradores do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requerem

(lê) “(...) com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.236/2014, para o Projeto de Lei nº 2102/2014 e o Projeto de Lei nº 21.010/2014, de autoria do Poder Executivo.”

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o líder do PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vai falar, por todo o tempo, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse tempo em que posso usar a tribuna, quero falar para o povo baiano da nossa satisfação ontem, na sessão solene do TRE, quando esta simples mulher do sertão, nascida no município de Paripiranga, numa comunidade chamada Mulungu, no município vizinho ao distrito de Conceição de Campinas, que fez toda a sua trajetória de vida, até os 19 anos morando numa localidade chamada Sabão, trabalhando na agricultura, plantando alho, que era a cultura da nossa época, catando o café numa região fria, que na época dava muito cafeeiro, vendendo, por muitas vezes ao lado do pai Guilherme e da mãe Maria, debaixo de uma sombra de pé de figo, na feira, ovo de galinha, pimenta malagueta e aqueles molhos de erva-doce.

Hoje, aos 61 anos, recebi pela quarta vez o diploma de deputada estadual eleita com 57.057. Isso é um orgulho pessoal para mim. Todo o cidadão e toda a cidadã tem de ter a sua autoestima elevada, e eu chamo isso de orgulho. É uma satisfação para a minha família – tenho quatro filhos, dois homens e duas mulheres, e nove netos, cinco homens e quatro mulheres. Também é uma alegria muito grande para o povo do sertão e do litoral que me ajudou, de forma simples, na batalha do dia a dia, nesses quatro anos de mandato e na campanha, a conquistar esses preciosos votos. Não tenho muitas condições financeiras, portanto fiz a campanha andando, visitando, trabalhando, e assim foi possível continuar nesta Casa no próximo mandato para manter o nosso compromisso com o povo da Bahia.

A nossa presença, aqui, é a presença dos mais simples, dos menos favorecidos, mas daqueles que também, ao longo desses 12 anos de mandato dos presidentes Lula e Dilma e do governador Jaques Wagner, alteraram e melhoraram consideravelmente as suas condições de vida. Hoje, no sertão da Bahia já tiramos a lata d'água, principalmente, da cabeça das mulheres, porque há água na torneira e na cisterna. Levamos o asfalto quase para toda a Bahia. Na nossa região ainda há obras apenas em dois trechos: da região de Crisópolis e da região de Banzaê. Vemos também em todas as cidades as pessoas poderem morar numa casa digna com o Programa Minha Casa Minha Vida.

Quando alguém fala, muitas vezes, perguntando o que a deputada trouxe para a comunidade, eu sempre considero que tudo aquilo que melhorou a vida das pessoas tem a minha digital, a minha voz, a minha palavra e a minha força, porque já faz 38 anos que labuto, primeiro, nas comunidades eclesiais de base, nos sindicatos dos trabalhadores rurais, na pastoral e nas associações e na política, desde os anos 90, quando exerci o primeiro mandato. Sempre empunhei a bandeira da transformação social, para que os homens e as mulheres do Brasil e desta Bahia tão grande tenham condições de viver com dignidade e com igualdade de oportunidades, superando o período do atraso, da fome, do desprezo e da falta de conhecimento.

Lembro-me que uma vez, no primeiro mandato, numa polêmica entre os deputados, fui chamada por um deputado de analfabeta. E eu perguntei se ele sabia a quantidade de analfabetos que existia na Bahia e no Brasil naquela época, mas ele não soube me responder. Quando o nosso governador Jaques Wagner assumiu, houve um dado que ficou conhecido por todos: 2 milhões de pessoas ainda não sabiam ler e

escrever. Por isso, ele criou o programa TOPA, Todos Pela Alfabetização. Muitos desses companheiros do movimento social, dos sindicatos, do movimento dos sem teto, aqui, em Salvador, inclusive, participaram desse movimento para elevar, para melhorar a sua condição de cidadania, estando alfabetizado e podendo participar.

Alegro-me quando sou convidada para as festas de formatura, porque, hoje, 1.200.000 jovens estão na universidade particular paga com o dinheiro público, através do Prouni. Alegro-me muito mais com a expansão das universidades. Na minha terra, bem próximo a minha terra natal, na cidade de Paulo Afonso, já foi inaugurado o curso superior de Medicina da Univasf. Era coisa quase impensada nos anos de 50 a 53, quando eu nasci, que lá para o interior, bem distante da capital, fosse levada uma oportunidade para os jovens cursarem o nível superior, ainda mais se formando em Medicina. Portanto, são muitas coisas, ações e políticas públicas que eu devo comemorar neste momento ao ter alcançado mais este mandato.

Queria deixar estes três minutos para parabenizar também as nossas companheiras, mulheres que trabalharam conosco na Bancada feminina e me deram a oportunidade de ser coordenadora dela. Dessas, oito estão voltando. Vão fazer falta três grandes companheiras: uma é a deputada Maria Luiza Laudano. Como ela mesma diz, preferiu não concorrer, pois o destino a aguarda para conduzir como prefeita a cidade de Pojuca. A outra é a deputada Luiza Orge, que preferiu também não disputar as eleições mas certamente iria contribuir para a nossa Bahia, para esta Salvador onde ela mora, com outras ações políticas. Igualmente fará muita falta aqui no debate a nossa parlamentar do Oeste, esta guerreira, a deputada Kelly Magalhães.

Sei que é difícil chegar, também já concorri outras vezes - foram 10 - às eleições. Duas vezes a prefeita, uma vez a vereadora e sete vezes a deputada estadual. Muitas vezes não cheguei. Mas sempre disse para o povo baiano e o da minha cidade, quando concorri a vagas de prefeita ou vereadora, que pelo fato de não ter alcançado o mandato eu não me considerava uma pessoa que não tinha ganhado as eleições, até porque sabemos o quanto conquistamos de confiança das pessoas que votaram em nós.

E dessa forma agiram as que deixaram o seu número na urna, confiando que você sempre será esta líder batalhadora pelas políticas sociais da educação e de desenvolvimento do Oeste, deputada Kelly Magalhães. Por isso, parabenizo-a, assim como a todas as outras que já citei. Tenho certeza de que seja na cidade de Barreiras, nas outras, em suas cidades natais, seja aqui mesmo na capital em postos importantes do governo do Estado da Bahia, vocês estarão sempre contribuindo para o desenvolvimento, a transformação social e a democracia no Brasil, que ainda é muito jovem e infelizmente ainda conta, na sociedade, com pessoas que desejam o tempo da ditadura, talvez porque naquela época estivessem se dando bem, em detrimento dos que formavam aquela tamanha desigualdade social que o nosso País viveu em épocas passadas.

Então quero encerrar as minhas palavras dizendo viva a democracia, viva o Partido dos Trabalhadores! Viva àqueles que se organizam e acreditam que juntos podemos mais, juntos somos mais fortes e transformamos a cada dia mais as

oportunidades para que os jovens da nossa Nação, as mulheres, os negros e os índios - que são maioria, mas em épocas passadas foram considerados minoria - possam ser cada vez mais, através dos processos de controle social, comandantes deste nosso Estado da Bahia, ao lado do nosso governador Rui Costa, este jovem de 51 anos que ontem teve uma grande alegria, ao lado do senador Otto Alencar e do vice João Leão. Juntos conosco, eles foram contemplados com a democracia de receberem seus diplomas dados através dos votos do povo baiano.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará o nobre deputado Elmar Nascimento, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento, por 11 minutos.

O Sr. ELMAR NACIMENTO:- Srs. Deputados, outro dia fiz um discurso daqui da tribuna em solidariedade ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que desde o primeiro dia foi o grande sustentáculo dos governos Wagner. Devo dizer que tivemos embates duros aqui nesta Assembleia por conta de o Sr. Presidente, às vezes, atropelar a Oposição para poder atender ao governo.

Colocou-se como candidato a governador. Nem foi levado em consideração. Depois tentava ser candidato a vice-governador. Não deram nem satisfação. E aí ficou a expectativa de que, num processo político normal, o deputado Marcelo Nilo seria a primeira pessoa a ser beneficiada dentro do futuro governo Rui Costa, até porque, quando as pesquisas de opinião apontavam uma vitória grande de Paulo Souto, veio o instituto ligado ao nosso presidente apontando o crescimento do agora governador eleito. Inclusive nós fizemos vários embates em função disso.

Se o PSD já tinha sido contemplado com a vaga ao Senado de Otto Alencar, se o PP já tinha sido contemplado com a Vice-Governadoria para João Leão, é claro que a expectativa de toda a classe política era de que agora, na reforma administrativa, a figura principal, o principal aliado a ser contemplado era o deputado Marcelo Nilo.

O governador fez todo um mistério com a reforma administrativa, parecendo que iria trazer nomes de ponta que seriam aqui aplaudidos por todo mundo porque ele faria um governo de primeira grandeza. Mas o que se vê é a manutenção de metade dos secretários que estão no atual governo sem qualquer tipo de destaque.

Porém o fato mais notório foi o completo desprezo do governador não para com o PDT, mas para com a figura do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, que é o maior aliado dele. E o pior é que ontem o governador Jaques Wagner fez ainda pior: quando indagado sobre a reeleição, disse que era contra e que fossem perguntar ao Democratas e ao PSDB, que eram responsáveis por isso.

Ainda não consegui compreender o deputado Marcelo Nilo e que mal V.Ex^a fez ao governador. Parece que estão lhe deixando aí... Como é o nome daquela Secretaria

da cadeia para cuidar de presos? (Risos!)

Não sei, deputado Marcelo Nilo, o que é que faz o senhor ter uma lealdade tão grande a este governo, porque para mim política é uma via de mão dupla. E só está indo, não está voltando nunca! Todas as vezes que o governo precisa, V.Ex^a sempre está lá correto a ajudar, seja na linha de frente do processo político, seja no processo legislativo aqui na Assembleia. Mas, quando é para ter a correspondente do apoio, zero!

Aliás, deputado Mário Negromonte Júnior, V.Ex^{as} estão de parabéns! Mostraram que sabem sentar e conversar com o governo, se impor perante o governo. Fizeram o vice-governador, o secretário do Planejamento. E a Seplan é, ao lado da Fazenda, a principal Secretaria do governo do Estado, além da de Infraestrutura hídrica, com a Embasa e a CERB. O Partido Progressista deu um show, uma aula de como é que se negocia com um governo de sindicalismo de resultados, porque neste governo quem é mais amigo fica por último e a amizade parece que só tem um lado.

Deputado Marcelo Nilo, eu disse uma vez lá atrás: V.Ex^a ainda irá se arrepender, passou 16 anos na Oposição e ainda é tratado como parlamentar de oposição, porque não está aqui na minha situação. Bato todo dia neste governo. Eu me elegi do mesmo jeito, e talvez seja melhor atendido do que V.Ex^a.

Concedo o aparte ao deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Elmar Nascimento, não poderia me furtar de tecer alguns comentários sobre esse episódio. Também sou testemunha, como V.Ex^a, do papel exercido pelo presidente Marcelo Nilo durante estes quase 8 anos do governo Jaques Wagner. E me causou estranheza a postura do atual governador com relação ao pleito legítimo do nosso presidente, o da reeleição.

Aliás, mais estranheza ainda porque nestes 8 anos em que o deputado Marcelo Nilo foi eleito e reeleito presidente desta Casa ele sempre teve e contou com a leniência e o apoio do governador Jaques Wagner, que só agora diz ser contra a reeleição do atual presidente deste Poder. Isso mostra realmente a falta de reconhecimento a quem esteve aqui nesta Assembleia sempre determinado e agindo de forma independente, mas fazendo o seu papel, como parlamentar da base do atual governo, de ser correto e fiel ao governador Jaques Wagner.

Presidente Marcelo Nilo, saiba que nós parlamentares da Oposição já declaramos apoio à sua reeleição à Presidência da Assembleia Legislativa por concordarmos com a maneira distinta e independente como V.Ex^a sempre tratou aqui os deputados.

Realmente me causou estranheza esse jeito como tanto o atual governador quanto o próximo, Rui Costa, vêm tratando o senhor, que merecia muito mais pelo papel que exerceu neste Parlamento e na campanha do próprio candidato depois eleito. Enquanto muitos não acreditavam na eleição dele, V.Ex^a foi sempre um dos primeiros a acreditar e a defender aquela candidatura.

Então, neste momento, não poderia deixar de me associar às palavras do Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, me solidarizando com o senhor e dizendo que tenho certeza de que, se Paulo Souto tivesse sido governador da Bahia, nós

dariamos um tratamento muito melhor a V.Ex^a.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o seu aparte.

Para acrescentar, digo que a fidelidade do deputado Marcelo Nilo a esse projeto do PT é tão grande, que ele age contra os interesses do próprio partido dele, o PDT. A própria rusga que existe entre o presidente deste Poder e o regional da legenda, Felix Mendonça Júnior, se originou nas eleições municipais, quando andou em estágio avançado um processo que poderia levar o deputado federal a ser vice-prefeito na chapa de ACM Neto e, por via de consequência, hoje vice-prefeito de Salvador. O deputado Marcelo Nilo foi então o primeiro a levantar a voz contra, e o troco que recebe agora é este: o PT não apoia a sua candidatura, e não há qualquer tipo de aceno do governo para mostrar que o presidente desta Casa tem prestígio. Política se faz com gestos, mas até agora infelizmente não existe participação do deputado Marcelo Nilo neste governo.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro Líder Elmar, reitero todas as palavras que V.Ex^a colocou da tribuna, e o deputado Leur também, com muita propriedade.

Eu diria até mais sobre o presidente. Por várias vezes em embates aqui nesta Casa, não somente eu, mas também vários outros deputados da Oposição, se posicionaram dizendo que ele estava agindo como Líder do governo, extrapolando até as funções, graças a interferências que fez em momentos de votação extremamente importantes para o governo neste Legislativo. Havia a omissão de membros do PT, mas V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, mais até do que um petista defendeu o governo Jaques Wagner.

Para não ser prolixo, quero dizer que o deputado Marcelo Nilo deu uma contribuição decisiva para a vitória de Rui. Com certeza ou não, ele criou o fato político da dúvida onde todos os institutos de pesquisa diziam que Paulo Souto ganharia, ele vai para o instituto dele que não tem nome nacional e diz: não, Rui vai ganhar. Se tinha aquele dado no momento, não quero entrar no mérito, mas foi o único que fez, criou uma dúvida que levou à vitória de Rui. Mas nós todos que fazemos política sabemos que a pior coisa que tem na política, e todos nós somos vítimas, é a ingratidão.

E esse governo está sendo ingrato com quem teve lealdade como poucos nesta Casa tiveram com o governador Jaques Wagner. V.Ex^a teve. Por isso, que eu e todos nós defendemos a reeleição de V.Ex^a, mesmo sabendo do posicionamento de V.Ex^a com relação ao governo Jaques Wagner, relação que o PT não teve e V.Ex^a teve, mas V.Ex^a respeita a Oposição nesta Casa, por isso que tem a credibilidade necessária para continuar no desempenho dessa importante função de presidente do Poder Legislativo.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Concluo as minhas palavras, dizendo, Sr. Presidente, que pior do que perder as eleições é ganhar e não levar. E a vitória desse governo para V.Ex^a é uma verdadeira vitória de Pirro, V.Ex^a não é governo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSC/ PV/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, usará, por 5 minutos, o deputado Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- PSC/PV é do Bloco da Maioria? Não. É do Bloco da Maioria, desculpe.

O Sr. Carlos Brasileiro:- PSC e PV.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. PSC/PV/PRB é Maioria.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sargento Isidório por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa e das Galerias, a Bíblia diz: “O Senhor é o meu pastor e nada me faltará.” Com essas palavras, quero agradecer ao Deus Pai, ao Deus Filho, ao Deus Espírito Santo e ao povo da Bahia pela minha diplomação ontem e sobretudo também agradecer às autoridades do Judiciário, do Tribunal Regional Eleitoral na pessoa do grande desembargador Dr. Lourival, presidente daquela Casa, presidente daquele egrégio Tribunal, sério, e que soube dirigir as eleições neste Estado.

Então, aproveito hoje para fazer, oficialmente, os meus mais sinceros agradecimentos ao Tribunal Regional Eleitoral, aos integrantes daquele Corte, que teve sobre os ombros o papel de coordenar, de planejar, de executar as eleições e no dia de ontem encerrar o seu trabalho do pleito de 2014, diplomando o governador, o vice, os senadores, os deputados federais e estaduais, cumprindo o seu papel muito importante de juiz de uma Corte que não se curva à prepotência, que não se curva aos poderosos, às grandes oligarquias.

De forma que, de público, parabenizo o Judiciário baiano e em especial o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia. Parabéns ao desembargador Dr. Lourival; parabéns a todos os desembargadores e desembargadoras dessa Corte que merecem aplausos por parte não só do Legislativo baiano mas também por parte de toda a sociedade baiana.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer em alto e bom som que eu não tenho vergonha do meu perfil folclórico, eu não tenho vergonha do meu jeito aberto de ser. Eu sou um homem que fui professor de dança afrodescendente, já estou velho, por isso que digo que fui, a idade está avançada, eu fui professor de folclore e ensinava no Colégio Estadual de Periperi Maculelê, puxada de roda e quando ainda muito novo eu ensinava um pouco de capoeira, tanto que até hoje eu ainda me jogo para um canto e para outro. É o meu perfil folclórico.

Devo também dizer nesta Casa que a minha maneira de ser é espontânea. Quando apareci ali, fazendo minha “maria esquibunda”, dizendo obrigado ao TRE, obrigado Jesus, obrigado Bahia, eu fiz e faço com a alegria daquele que cumpre o que está na Bíblia quando ela diz: “*Tudo que tem fôlego, louve ao Senhor*”. E todas as partes do meu corpo se movimenta, exaltando e engrandecendo o nome do Deus de

Israel, o Deus criador do céu e da Terra e dono da minha eleição, dono da minha vida, dono da minha família e dono daquilo que Ele me deu, porque eu não tenha nada!

Então, quero dizer a este Parlamento que estou deputado, porque não sou, eu estou, amanhã posso não estar, e se estou aqui é porque o povo baiano me concedeu a outorga e as prerrogativas igual ao mais branco desta Casa, ao mais poderoso que se achar. No entanto, cumpre-me o papel de respeitar os meus colegas, e isso faço: respeito os meus companheiros deputados e deputadas da Oposição, respeito os meus companheiros de Bancada do governo, porque entendo que todos nesta Casa têm suas prerrogativas, têm os seus perfis.

Então, existem os cultos e os folclóricos, os sábios e os alegres. Prefiro ser folclórico, ser alegre com Jesus e com o meu corpo expressar da melhor maneira e da maneira que eu melhor achar a minha alegria e os meus agradecimentos a Deus e ao Judiciário baiano, sobretudo ao Tribunal Regional Eleitoral. Pudessem eu, aqui daria salto mortal, lutaria capoeira, bateria tambor, cantaria ou faria aqui a dança do maculelê em homenagem ao Tribunal Regional Eleitoral, ao Judiciário baiano e, sobretudo, ao meu Deus, que é dono da minha vida e de tudo o que tenho.

Agradeço também à imprensa baiana pela minha vitória. A todos os profissionais da imprensa deste Estado meus parabéns, meu muito obrigado pela cobertura que vocês têm feito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, meu querido amigo!

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sem imprensa não tem democracia. Por isso uso também esse microfone para agradecer à imprensa.

E parabéns ao TRE baiano. Se pudesse daria salto mortal, lutaria capoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado pelo deputado Zé Neto.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 21.021/14, de*

autoria do Poder Executivo, que 'Estabelece as diretrizes da Política Industrial da Bahia, dispõe sobre o Plano de Diretrizes Industriais, Logísticas e de Sustentabilidade do Centro Industrial de Aratu e do Canal de Cotegipe, cria o Conselho de Desenvolvimento do CIA, cria o Conselho de Desenvolvimento do Canal de Cotegipe e dá outras providências'.”

Em votação.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente:- Gostaria de solicitar de V.Ex^a a verificação de quórum de votação.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Para atender ao pedido do nobre deputado, solicito que marque no painel o tempo regulamentar, convocando os deputados da Base do governo para se fazerem presentes a este Plenário neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a, também, deputado Carlos Brasileiro, será atendido.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Nobre ou em outros recintos da Casa, há quórum de votação solicitado pelos deputados Bruno Reis e Carlos Brasileiro!

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos.

(Procede-se à verificação de quórum para votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Informada a presença de mais de 32 Srs. Deputados, portanto há quórum.

Em votação o requerimento do deputado Zé Neto, que requer, nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 21.021/14, de autoria do Poder Executivo, que estabelece as diretrizes da Política Industrial da Bahia, dispõe sobre o Plano de Diretrizes Industriais, Logísticas de Sustentabilidade do Centro Industrial de Aratu e do Canal de Cotegipe, cria o Conselho de Desenvolvimento do CIA, cria o Conselho de Desenvolvimento do Canal de Cotegipe e dá outras providências.

Em votação.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Para recomendar à Bancada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda à sua Bancada, deputado Gaban?

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, em função do governo insistir em mandar todos os projetos para esta Casa a toque de caixa, não passando pelas comissões temáticas, e sem que nenhum deputado tenha conhecimento do que será votado,

somos forçados, mais uma vez, por não conhecer o mérito, a recomendar a votação contrária ao requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a recomenda o Não.

Deputado Zé Neto, Líder do governo, como recomenda à sua Bancada?

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, é um projeto que trata do interesse industrial do Estado. Todo o setor empresarial tem participado desse debate. Inclusive, na semana que vem...

Deputado Gaban, se V.Ex^a até quiser acrescentar alguma formulação, não estamos fechados, até porque se trata de um projeto que visa estabelecer uma melhoria. Tudo bem. Está a sua disposição. V.Ex^a quando tem alguma coisa que acrescenta, nós temos a tranquilidade de dizer aqui que absorvemos, muitas vezes, sua opinião.

Então, se V.Ex^a tiver alguma coisa para acrescentar ao projeto, fique tranquilo que vamos trabalhar para absorver. Não há nada de político, é de organização do ponto de vista industrial para um setor que precisa dessa formulação.

Então, oriento minha Bancada a votar Sim. É um projeto importante para o Estado, e para a industrialização do Estado.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Apenas e tão somente para complementar o raciocínio do Líder do governo, deputado Zé Neto. A recomendação feita por nós é exatamente por não conhecer o conteúdo de um projeto que chegou agora à Casa.

Então, não temos conhecimento ele. Pode, inclusive, até ser um bom projeto e não merecer qualquer sugestão por parte da Oposição. Apenas por não o conhecer e ter o projeto chegado agora, no regime de urgência, é que estamos votando contrariamente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, V.Ex^a tem razão. Sou altamente contrário a isso de chegar o projeto e votar a urgência no mesmo dia, e votar com 8 dias, mas tenho que cumprir o Regimento. Agora, pessoalmente, sou contrário a esse tipo de voto. Acho que esse projeto tem que ser discutido na comissão, mas tenho que cumprir o Regimento. Pessoalmente, eu sou contrário...

O Sr. Gaban:- Desvaloriza o Parlamento...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou dizer que desvaloriza, mas eu acho que esses projetos têm que passar pelas comissões. Esta é a minha posição política, mas eu tenho que cumprir o Regimento, vez que me posiciono como magistrado.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Marcelo, quero dizer que, em tese, o correto é que a gente tenha toda uma condição, diria, no nível ordinário, de discutir os projetos ordinariamente e ter os prazos cumpridos, e as comissões temáticas funcionando. Na vida real, infelizmente, nem sempre acontece como a gente prevê, e como a gente intui.

Nesse caso específico, é um projeto que tem sido elaborado muito mais em função de um processo de discussão com o setor industrial do Estado, que está buscando aprimoramento. E são opiniões que vão-se elencando. Num ano eleitoral, infelizmente, a gente chega no fim do ano com essas dificuldades que são próprias de um processo eleitoral. E acaba que ficamos no fim do ano com esse gargalo para resolver.

Mas quero, mais uma vez, manifestar que é um projeto que não tem nada de político e nada de complexo do ponto de vista dos interesses do Estado. Ao contrário, ele agrega. E a disposição do governo é ouvir a Oposição.

Fica V.Ex^a aberto ao diálogo como sempre foi. Temos aqui as nossas dificuldades do ponto de vista ideológico. Sempre tratamos isso com maturidade e também com responsabilidade. Mas, nesse aspecto, pode ter certeza que se V.Ex trouxer alguma posição que possa melhorar o projeto, nós vamos discutir, agregar e absorver. Porque é esse o intuito nosso neste momento, já que se trata de uma política industrial da qual não tenho dúvida.

Uma coisa é governo; outra coisa é Estado. E, nesse aspecto, o que estamos discutindo são os interesses do Estado, que são relevantes. Não me lembro de V.Ex^a também trazer picuinhas nesses aspectos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Sou altamente contrário a se votar todos os projetos em regime de urgência aqui, no Plenário. Sou altamente contrário, mas tenho que cumprir o Regimento.

V.Ex^a recomenda o Não, deputado Gaban.

V.Ex^a recomenda o Sim, deputado Zé Neto.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, contra os votos dos deputados Adolfo Viana, Leur Lomanto Júnior, Gaban, Bruno Reis, Sandro Régis e Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto.

Ratificando o que eu havia falado anteriormente, vamos colocar em votação o projeto de lei nº 21.010/2014, de procedência do Poder Executivo, que altera as leis nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Elmar Nascimento.

Deputado Gaban e deputado Zé Neto, para corroborar o que falei anteriormente, o deputado Adolfo Menezes pede um tempo para preparar o relatório.

Isso aqui vai acabar. Eu não vou aceitar que um projeto dessa magnitude tenha esse tipo de comportamento nesta Casa. Não vou aceitar nas próximas, porque, realmente, é inaceitável. Fui deputado da Oposição durante 16 anos e os projetos eram discutidos nas comissões.

Tenho de cumprir o Regimento, mas quero que se registre minha posição aqui: sou altamente contrário a esse tipo de votação. É inaceitável, deputado Bira, V.Ex^a que está concordando comigo, que um projeto dessa magnitude chegue aqui e se vote em regime de urgência sem que seja discutido na comissão. Desse modo esta Casa passa a ser, realmente, um Poder só para homologar. Sou totalmente contrário; dentro

do Regimento, farei o possível para isso acabar.

Suspendo a sessão por 10 minutos, para aguardar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro reaberta a presente sessão.

Com a palavra o nobre Líder relator do projeto de lei nº 21.010/2014. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, relator-mor.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (Lê): *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.010/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera as Leis nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências.'"*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei alterando dispositivos da Lei nº 7.014/96 e 11.631/2009, "visando proteger e incentivar a industrialização na Bahia, tornando expresso que o benefício da aplicação da alíquota reduzida de 7% se restringe aos produtos vendidos pelo próprio fabricante situado neste Estado, além de fixar multa para os estabelecimentos que utilizem equipamento de pagamento via cartão de crédito ou débito de terceiros, com o intuito de coibir a sonegação fiscal", conforme registra a Mensagem Governamental.

Quanto às modificações na Lei nº 11.631/2009, a proposta altera os seus anexos, de modo a 'adequar a cobrança da taxa relativa à análise de projeto de prevenção contra incêndio, que passa a ser cobrada com observância da proporcionalidade entre o tamanho da obra e o custo de análise por m². Já no tocante às taxas cobradas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/BA estão sendo ajustadas as nomenclaturas de taxas já existentes aos reais serviços prestados, inserindo novas taxas em relação a serviços que são efetivamente prestados e não são contemplados e corrigindo distorções dos valores atualmente cobrados. Por fim, as taxas relativas às atividades de fabricação, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública são mais bem detalhadas, além da simplificação do valor da taxa cobrada pelo uso de assistência policial e bombeiros em eventos, mantendo-se apenas duas graduações', ainda segundo a Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

Por fim, a proposição cuida ainda da criação do Fundo Estadual de Logística e Transportes, com o objetivo de propiciar a melhoria da malha rodoviária estadual. O referido Fundo será constituído por recursos oriundos do aumento da arrecadação decorrente da elevação, em três pontos percentuais, da tributação do ICMS sobre a gasolina.

O projeto recebeu apenas duas emendas, ambas da Liderança da Oposição. A emenda nº 1 propõe alterações nos arts. 1º e 2º da proposição, para suprimir o inciso VI do art. 16 a ser acrescido à Lei nº 7.014/96, e a proposta de nova redação à alínea e do inciso do mesmo artigo, suprimindo assim a proposta de elevação da alíquota do ICMS sobre a gasolina. Opino pela rejeição, destacando que o acréscimo de três pontos percentuais na alíquota da gasolina é essencial para o incremento da receita tributária esperada para 2015 em razão dos investimentos que serão realizados pelo Governo do Estado da Bahia. Assim, considerando os prejuízos para o Orçamento do Estado que a aceitação desta emenda irá acarretar a mesma não merece ser acolhida.

A emenda nº 2 propõe nova redação ao inciso I do § 2º do Art. 7º e suprime o § 3º do mesmo artigo, objetivando mais uma vez suprimir o aumento proposto na alíquota do ICMS sobre a gasolina. Opino também pela rejeição, uma vez que, com o intuito de sanar eventuais questionamentos acerca da constitucionalidade do § 3º do art. 7º do projeto será proposta, ao final, emenda de relator para aperfeiçoamento do texto, definindo que os recursos destinados ao Fundo Estadual de Logística e Transporte serão fixados pelo Orçamento Geral do Estado de acordo com as disponibilidades existentes, deixando de haver referências de seus valores a possíveis incrementos à arrecadação causados pela tributação a qualquer produto. Assim, a supressão do referido dispositivo, conforme proposto na presente emenda, torna-se dispensável. Em relação à proposta de alteração da redação do inciso I do § 2º do mesmo art. 7º, também há que se ressaltar a sua desnecessidade, considerando que, com a redação que será dada pela emenda do Relator, não haverá qualquer prejuízo à referência, no citado inciso, do § 3º do art. 7º.

Por fim, e conforme acima enunciado, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1: o § 3º do art. 7º do Projeto de Lei nº 21.010/2014, passa a ter a seguinte redação:

'Art. 7º -
.....'

§ 3º - O Orçamento Geral do Estado fixará o montante dos recursos destinados ao Fundo em cada exercício financeiro.

Justificativa: A alteração proposta tem por objetivo aperfeiçoar a redação do dispositivo, evitando interpretações relacionadas a vinculações indevidas, e possibilitar ao Chefe do Poder Executivo definir os recursos de acordo com as disponibilidades orçamentárias totais em cada exercício financeiro.

Emenda de Relator nº 2: os itens abaixo indicados dos Anexos do Projeto de Lei nº 21.010/2014 passam a ter os seguintes valores:

ANEXO I (Lei. 11.631/2009)

1.2.16.4 R\$. 1.625,00

1.4.1 R\$ 2.130,00

6.1.15 R\$ 520,00
6.1.18 R\$ 5.269,00
6.1.19 R\$ 2.172,00
6.1.20 R\$ 5.269,00
6.1.21 R\$ 2.172,00
6.1.22 R\$ 372,00
6.2.5 R\$ 650,00
6.2.38 R\$ 5.246,00
6.2.39 R\$ 2.246,00

ANEXO I

1.2.22.4 R\$ 1.980,00
1.2.23.4 R\$ 1.625,00
1.2.24 R\$ 2.340,00
1.4.7 R\$ 2.153,00

ANEXO II

1.10.2.1.3 R\$ 0,60
1.10.2.1.4 R\$ 0,50
1.10.2.2.3 R\$ 0,90
1.10.2.2.4 R\$ 0,80
7.1.5 R\$ 1,50

Justificativa: reajustar os valores indicados

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2014.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Adolfo Menezes no âmbito das comissões.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis: - Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Peço que seja dado o tempo de 15 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Zerem o painel e marquem 15 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça. Há quórum, seis deputados presentes.

Comissão de Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia e Serviço Público. Há quórum, cinco deputados presentes.

Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum: 6 deputados presentes.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: 4 deputados presentes. Vou aguardar os 15 minutos. Nessa comissão, temos de aguardar. Se não se completar o quórum, encerra-se.

Peço que o presidente do Comitê de Imprensa aguarde um pouquinho. Vou dizer os deputados que estão ausentes: deputados Herbert Barbosa, Ângela Sousa, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Carlos Ubaldino, Paulo Rangel e Temóteo Brito. Se um desses aparecer – faltam 11 minutos e 45 segundos –, seguiremos. Se não, encerro a sessão. (Pausa)

O deputado Paulo Azi está propondo um acordo, se o Líder do governo aceitar...

Lembrando aos Srs. Deputados que há uma convocação... (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que há quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, vejamos agora na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: deputado Adolfo Menezes, presente, 1; deputado Tom Araújo, ausente; deputado Alan Sanches, presente, 2; deputado Gaban, presente, 3; deputado Luiz Augusto, presente, 4; deputado Paulo Câmara, presente, 5; deputado Zé Raimundo, presente, 6. Portanto, nas comissões, há quórum.

Em votação. Os Srs Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes. Aprovado nas comissões.

Por acordo, fica para ser votado na sessão ordinária de amanhã, quarta-feira.

Por acordo, o presidente defere para ser votado amanhã, tendo em vista que os Líderes da Oposição e do governo aceitaram.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero convocar toda a Bancada para amanhã, porque, se der tudo certo, votaremos o Orçamento amanhã. Estamos alinhavando um acordo com a Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O acordo foi bom, deputado. V.Ex^a e o deputado Elmar Nascimento estão de parabéns. O acordo foi bom para ambos.

O acordo é para que se vote na sessão ordinária de amanhã.

Faço uma proposta: que só discurssem os deputados que não estarão aqui no próximo ano, os que não se elegeram e os que não se candidataram. Os que perderam a eleição e os que vão para a Câmara dos Deputados. Está feito este acordo?

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, em tese, eu até estaria de acordo. Mas não tem como não nos manifestarmos a respeito de um projeto que Procuradoria Geral do Estado, nenhum procurador quis chancelar, porque é inconstitucional. Tanto é que terá de ser elaborado aqui na Casa de última hora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª tem razão. Teremos a sessão normal, mas votando esse projeto amanhã.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*